

INFÂNCIAS, GÊNEROS E SEXUALIDADES: IMPLICAÇÕES ÉTICO-POLÍTICAS DAS PARENTALIDADES

Leonardo Lemos de Souza¹, Orcid: 0000-0002-3331-1847

Raquel Gonçalves Salgado², Orcid: 0000-0002-8730-3025

Amana Rocha Mattos³, Orcid: 0000-0002-2890-5421

RESUMO. Em diálogo com cenas do contexto brasileiro de políticas sexuais e de gênero e tomando como suporte os estudos feministas e *queer*, o artigo tem como objetivo problematizar a dimensão hierárquica e das relações de poder parentais na determinação das expressões de gênero de crianças e discutir as contribuições dos estudos feministas e *queer* para o debate sobre os direitos de crianças e jovens a seus corpos e desejos. Para isso, situa a infância como um dispositivo da biopolítica que se entrelaça com os dispositivos de gêneros e sexualidades nos modelos delineados pelas narrativas psicológicas e educacionais. Em seguida, discute a presença do familismo nas políticas públicas para famílias no Brasil em que discursos antigênero buscam a afirmação de um modelo hegemônico de família, como o lugar que salvaguarda a heteronormatividade e a cisgeneridade. Encerra delineando o campo de tensões sobre as relações entre adultos e crianças, que emergem das seções anteriores, buscando argumentos para posicionamentos epistêmicos e ético-políticos das parentalidades.

Palavras-chave: Parentalidades; infâncias; gêneros e sexualidades.

CHILDREN, GENDERS AND SEXUALITIES: ETHICAL-POLITICAL IMPLICATIONS OF PARENTALITIES

ABSTRACT. In dialogue with scenes from the Brazilian context of sexual and gender policies and based on feminist and queer studies, the article aims to outline lines and flows of thought about the tensions between parental relationships and the right of children to their expressions of genders and sexualities. For this, it situates childhood as a device of biopolitics that is intertwined with the devices of genders and sexualities in the models outlined by psychological and educational narratives. Then, it discusses the presence of familism in public policies for families in Brazil in which anti-gender discourses seek to affirm a hegemonic model of family, as the place that safeguards heteronormativity and cisgenerity. It ends by outlining the field of tensions over the relationships between adults and children, which emerge from the previous sections, seeking arguments for epistemic and ethical-political positions of parenting.

Keywords: Parenting; childhoods; genders and sexualities.

¹ Universidade Estadual Paulista, Assis-SP, Brasil.

² Universidade Federal de Mato Grosso, Rondonópolis-MT, Brasil.

³ Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.



INFÂNCIAS, GÊNERO Y SEXUALIDADES: IMPLICACIONES ÉTICO-POLÍTICAS DE LAS PATERNIDADES

RESUMÉN. En diálogo con escenas del contexto brasileño de políticas sexuales y de género y con base en estudios feministas y queer, el artículo pretende esbozar líneas y flujos de pensamiento sobre las tensiones entre las relaciones parentales y el derecho de los niños a sus expresiones de géneros y sexualidades. Para ello, sitúa a la infancia como un dispositivo de biopolítica que se entrelaza con los dispositivos de géneros y sexualidades en los modelos perfilados por narrativas psicológicas y educativas. Luego, se discute la presencia del familismo en las políticas públicas para las familias en Brasil en las que los discursos anti-género afirman un modelo hegemónico de familia, como el lugar que salvaguarda la heteronormatividad y la cisgeneridad. Se termina por delinear el campo de tensiones sobre las relaciones entre adultos y niños, que surgen de los apartados anteriores, buscando argumentos a favor de posiciones epistémicas y ético-políticas de las parentalidades.

Palabras clave: Parentalidades; infancias; géneros y sexualidades.

Introdução

A quem cabe autoridade sobre as expressões de gênero e sexualidades de crianças? Quais as tramas que sustentam os discursos psicológico e jurídico sobre a família nas determinações de gênero de crianças? Os ataques às expressões de gênero dissidentes em crianças são efeitos de uma crise do poder familiar abalado pela crítica da hegemonia heterossexual e cisgênera? O presente trabalho parte destas interrogações, que têm sido apontadas pelos programas de pesquisas desenvolvidas nos últimos anos pelas autoras e autor sobre os efeitos de estudos feministas e *queer* no campo da psicologia e dos estudos da infância e juventude. Tais interrogações levaram-nos a produzir, neste ensaio, considerações analíticas sobre o protagonismo de crianças e jovens no que tange às suas sexualidades e identidades de gênero⁴, o papel das relações parentais, quando não consideram o direito aos seus corpos e desejos, assim como as políticas de gênero e sexualidades que reforçam a referência aos modelos heterossexual e cisgênero como dominantes nas relações entre crianças e adultos no âmbito familiar.

No debate mais recente, alguns trabalhos (Carvalho, Silva, Jobim e Souza, & Salgado, 2012; Mattos & Cavalheiro, 2020; Salgado & Souza, 2018) destacam os direitos das crianças e jovens às suas expressões de gênero e sexualidades como um campo ainda a ser tensionado. Primeiramente porque, no cenário atual das políticas para famílias e para crianças e jovens, os discursos têm localizado a instituição familiar na afirmação de um modelo hegemônico de família, como o lugar que salvaguardaria a heteronormatividade e a cisgeneridade, as quais deveriam ser garantidas na educação desses sujeitos. É a família, pensada neste enquadre normativo, a guardiã desse modelo que estaria ameaçado pelas existências das sexualidades e gêneros dissidentes (Leite, 2019). Segundo, importa discutir e problematizar o lugar em que as crianças e jovens são localizados no contexto da produção do desejo e da expressão dos seus gêneros e sexualidades, situados como

⁴ Nos estudos de gênero e sexualidades, em permanente diálogo com os movimentos sociais, convencionou-se pensar as sexualidades no que diz respeito às práticas sexuais e desejo, e as identidades de gênero sobre como o sujeito percebe-se em relação ao gênero, podendo este estar em conformidade ou desacordo com o sexo designado no nascimento.

sujeitos desprovidos do direito de existir como desejam no campo das sexualidades e dos gêneros (Cornejo, 2011; Guerrero Mc Manus & Muñoz, 2018). Nem sempre esse é um elemento de destaque permanente no campo das defesas dos direitos das crianças e dos jovens, dado que a família é a instituição social eleita para traçar a trajetória dos modos de expressar seus gêneros e sexualidades.

As infâncias (no plural) e as relações parentais e familiares que a gestam, de que tratamos neste texto, figuram longe das referências correntes na literatura tradicional e hegemônica sobre o campo de estudos da infância. As leituras dominantes se referem a um modelo eurocentrado, branco, cristão e baseado nas raízes do patriarcado, como forma de continuar o legado da heterossexualidade e cisgeneridade compulsórias. Ademais, derivam dela o adultocentrismo e o familismo que operam sobre as experiências infantis um modelo universal e a-histórico, servindo como referências para políticas educativas, sociais e de saúde baseadas no desenvolvimentismo (Burman, 2021). Essa perspectiva desenvolvimentista, de que a Psicologia é historicamente uma forte aliada, tem relações com a produção de modelos de relações parentais que legitimam projetos colonialistas que defendem e protegem a cishetoronorma (Castañeda, 2002).

Considerando esse campo de tensões, este texto é um ensaio de como podemos traçar linhas e fluxos de pensamento e de ação ético-política nas relações parentais e familiares, que demandam situar crianças e jovens diante de suas sexualidades e gêneros. Assim, tem como objetivo problematizar a dimensão hierárquica e das relações de poder parentais na determinação das expressões de gênero de crianças e discutir as contribuições dos estudos feministas e *queer* para o debate sobre os direitos de crianças e jovens a seus corpos e desejos. Tecemos considerações sobre as implicações epistêmicas e ético-políticas, dado que elas exigem que revisemos as discursividades que reforçam o determinismo e o controle presentes nas perspectivas sobre as trajetória das sexualidades e gêneros no curso da vida e do papel da família e dos modelos parentais nesse processo.

No caminho proposto, buscamos ferramentas conceituais oriundas dos estudos feministas e *queer* para pensar a infância e sua relação com as dimensões parentais. Os estudos feministas promovem uma virada de perspectiva nas ciências, principalmente nas ciências humanas e sociais, dominadas por uma leitura androcêntrica e patriarcal. Inicialmente, com as críticas produzidas a partir da perspectiva de mulheres brancas e do ocidente (norte global), passam a ganhar força os feminismos negro, interseccional e decolonial. Os debates promovidos por estas perspectivas destacam a valorização dos saberes e narrativas (sobre si mesmos e o mundo) produzidos por grupos oprimidos e os sistemas de opressão que atravessam as composições das multiplicidades de existências (étnico-raciais, sexuais, de gêneros, etárias, de classe e outras) (Hooks, 2020). Os estudos *queer*, por sua vez, promovem a ressignificação dos estudos sobre as sexualidades e gêneros em diversas áreas das ciências humanas e sociais. Com ênfase na construção social das sexualidades e dos gêneros e dos processos de subjetivação de corpos e desejos fora das referências da heterossexualidade e cisgeneridade, os estudos *queer* rechaçam as práticas discursivas e sociais que se dedicam a patologizar e invisibilizar tais existências em dissidência (Lopez Penedo, 2008).

Damos destaque a como esse campo de estudos traz o tema da infância como interlocutor dos movimentos disruptivos e dissidentes dos processos de subjetivação contemporâneos sobre as sexualidades e os gêneros. A atenção volta-se para a infância como um dispositivo que se entrelaça com os dispositivos de gênero e sexualidades, ao mesmo tempo que provoca deslocamentos e rupturas dos modelos delineados pelas narrativas científicas, especialmente da psicologia do desenvolvimento e da pedagogia.

Nesse sentido, são tensionadas as relações de poder na educação das crianças e nos modelos de referência do desenvolvimento ‘normal’ das sexualidades e dos gêneros, mediado pelos adultos/pais/mães/cuidadores, pelas narrativas científicas sobre essa trajetória e como ela é capturada pelas políticas de gêneros e sexualidades.

Em seguida, argumentamos que a função das famílias na gestão das sexualidades e dos gêneros das crianças se atualiza nos debates midiáticos e das políticas governamentais (atravessados por fundamentalismos religiosos e conservadores) que exploram o discurso da patologização e moralização das trajetórias das sexualidades e gêneros no curso de vida, situando a infância como momento de intervenção do Estado e de saberes especialistas, com vistas a garantir o ‘não-desvio’ das normatividades. Propomos uma breve análise do contexto político atual no Brasil, em que discursos e políticas públicas familistas têm ganhado força institucional, pautando desde campanhas eleitorais a editais de financiamentos de pesquisas. Nesse sentido, interessa-nos refletir sobre os efeitos desse contexto e práticas discursivas voltadas às infâncias.

Por fim, tecemos algumas considerações sobre as tensões nas relações de poder entre adultos e crianças nas relações parentais, quando são atravessadas pelas sexualidades e gêneros. Recorremos às contribuições de perspectivas transfeministas e feministas que trabalham com saberes situados/localizados e simultaneamente em rede e conexões, como forma de contextualizar as implicações éticas e políticas das parentalidades diante das expressões das sexualidades e gêneros dissidentes dos modelos hegemônicos.

As infâncias na teia das normas de gênero e sexualidade: pelo direito de existir nas diferenças

A infância, como temporalidade da vida humana e categoria histórica que demarca e diferencia a existência social das crianças, aparece e funciona, no auge da modernidade do Ocidente, a partir do século XVII, como um dos mais importantes dispositivos de poder dessa sociedade. Com o expurgo da sexualidade dos corpos infantis e das relações das crianças com o mundo, a inocência consagra-se como uma pedra angular que sela o nascimento da infância nas sociedades modernas ocidentais. Com e para a infância, a família burguesa e a escola passam a se organizar e funcionar com vistas à sua formação, proteção e reprodução de sua existência como um pilar estruturante dessa ordem social (Foucault, 2006). Cria-se um sistema da infância, como analisa René Schérer (2009), que se configura como um conjunto de ações e atribuições, relativas às prerrogativas, deveres e condutas de crianças e adultos e articuladas no interior das instituições em que essas pessoas estão em relação. Nesse sistema, a disciplina conjuga-se com a pedagogia da infância e a emergente necessidade de conhecê-la e dar-lhe inteligibilidade e reconhecimento sociais. Não menos importante está a sexualidade operando nesse sistema como dispositivo que, na condição de discurso, ganha materialidade nos efeitos disciplinares produzidos sobre os corpos das crianças, os quais passam a ser ditos, nomeados, entendidos, classificados e escrutinados pelos modos como esse dispositivo penetra capilarmente nos diversos espaços e tempos das infâncias. Michel Foucault (2006) é contundente em suas análises sobre o modo prolixo como a sexualidade se faz presente e regula os espaços das crianças nas escolas: salas de aula, pátios, refeitórios, disposição das mesas e das cadeiras, espaços físicos que falam da sexualidade das crianças e, nesses discursos, produzem os seus corpos.

Articulada ao conceito e ao projeto de nação dos Estados modernos, a infância

institui-se como um importante artefato biopolítico (Preciado, 2019) que, ao produzir os corpos das crianças, naturaliza a norma por meio do adulto, que é a própria encarnação do seu *telos*, o alvo das projeções lançadas à infância como o tempo privilegiado do desenvolvimento e das aprendizagens das programações de gênero e sexualidade. Paul B. Preciado (2019) recorre às imagens dos berços vigiados e das rondas em torno dos bebês e das crianças, nas famílias, nas escolas e nos parlamentos, para justificar a gestão biopolítica da infância e a sua correlação com o futuro da nação heteropatriarcal. Assumida como presença pueril e inocência originária, a criança é prontamente capturada pela narrativa desenvolvimentista que introduz a vida humana na locomotiva do progresso, cujo combustível é a política reprodutiva que tem como requisito o adulto 'sem falhas', ajustado às normas binárias de gênero e da heterossexualidade (Haraway, 2016).

Na gestão da infância como aparato biopolítico, a retórica do desenvolvimento cria a ficção de uma criança ideal-típica, subtraída da vida política e social. Erica Burman (2021) caracteriza essa criança-típica como a imagem de uma infância prototípica que se universaliza para funcionar como norma e, nessa condição, atua para interditar corpos e experiências infantis em suas diferenças e aparições inventivas e disruptivas. Racionalidade, eficiência, controle, produtividade, maximização, maturidade e autonomia conjugam-se com o imperativo de alinhamento do corpo do nascimento ao gênero e ao desejo como requisitos compulsórios para o cumprimento dessa infância normativa. Não é coincidência o fato de essas prerrogativas do desenvolvimento humano, com caráter compulsório para as crianças, sobretudo nas instituições sociais em que são educadas, estarem engatadas ao ideário do Estado-nação da modernidade ocidental, fomentado pela perspectiva do progresso que subordina as vidas ao projeto colonialista de exploração das existências humanas e naturais (Burman, 2021; Castañeda, 2002). Pela mirada do progresso, o desenvolvimento humano consagra-se como o monumento da vida alinhada às competências e aos requisitos para o funcionamento desse projeto de nação, que abarca os gêneros normativos e a heterossexualidade como únicas possibilidades de existir. Por outro lado, o que essa mirada apaga é o amontoado de ruínas que esse monumento deixa para trás, tal qual Walter Benjamin (1985) nos alerta, com a alegoria do anjo da história, de olhos escancarados diante das catástrofes acumuladas pelo progresso.

As normas de desenvolvimento são produtoras de um regime de inteligibilidade que cria zonas de visibilidade e reconhecimento social, atuantes no escrutínio de corpos, gêneros, sexualidades e subjetividades (Butler, 2016). O roteiro da infância prototípica é parte desse regime, e os requisitos para o seu cumprimento são implacáveis na vida das crianças, desde muito cedo. Seu caráter mandatário expõe aquelas que não o seguem como alvos de escárnio, injúrias e apagamento social, por não receberem a chancela da normalidade e escaparem das fronteiras que delimitam as zonas de visibilidade social. As crianças, cujas existências borram as normas, são nomeadas pelos signos da abjeção e, como ressalta Butler (2015, 2016), estão sob constantes ameaças, já que suas vidas, por não passarem pelo crivo da inteligibilidade, não importam.

O que resta, então, às crianças que não têm seus corpos, suas performances de gênero (linguagens, gestos, movimentos, comportamentos, entre outras expressões) e sexualidades alinhadas às normas de desenvolvimento? Retomando uma das inquietações de Preciado (2019), como fica o direito dessas crianças à autodefinição de gênero e de sexualidade? Esse problema interpela-nos de duas formas: por um lado, a inviabilidade de a criança afirmar-se como alguém que tem direito aos seus afetos, ao seu corpo, às suas experiências e ao que sente, pensa e vive nas relações com o outro, posto que sua existência está enredada em um projeto de desenvolvimento e de futuro que a posiciona

como alguém que ainda não é; por outro lado, a alienação da criança em relação ao seu próprio corpo que, embora esteja desde o nascimento imerso na vida social, capturado pelo olhar e cuidado do outro, educado e protegido pelos adultos, pode ser violado e sequestrado por normas que produzem muito mais dor e sofrimento do que proteção.

Antes mesmo de nascerem, as crianças já recebem um nome e um mundo a ser por elas habitado, atravessados por normas de gênero e como partes essenciais do roteiro da infância prototípica. Menina ou menino; ele ou ela: não há outros modos de identificar uma criança e, mais do que isto, trata-se de um assunto sobre o qual não restam dúvidas, já que a nomeação é tácita e decisiva. Que direitos as crianças têm ao seu próprio corpo, se suas subjetividades são fabricadas para não se verem e se sentirem como um corpo? Nas mais diversas instituições sociais – família, escola e mesmo nas pesquisas científicas –, são raras as escutas para o que as crianças têm a dizer sobre o que sentem, pensam e experienciam com os seus corpos. Essas escutas tornam-se mais comuns quando se voltam para as memórias de infância dos adultos, narrativas que se abrem para um diálogo com a criança pretérita interrogada pelo adulto do presente, que busca, nesses escombros, o corpo sequestrado e a possibilidade de forjar sentidos para esse corpo dito e, às vezes, ‘maldito’ pelo outro. Mas, ainda assim, é a criança dita pelo adulto.

Nesse campo das memórias de infância, o corpo-viado como signo da injúria e o corpo do não-lugar na escola aparecem como algumas das imagens dessa criança do passado que têm visibilidade nas memórias de infância de travestis (Alexandre & Salgado, 2019). Essas memórias do corpo de criança, em trânsito nos espaços da infância (na família e na escola), reiteram que quanto mais divergentes de uma estética heterocêntrica, ancorada nas genitalidades masculina e feminina dominantes que se bifurcam em duas únicas possibilidades de existência – “[...] pênis penetrante, vagina penetrada [...]” –, mais monstruosos e abjetos esses corpos são declarados socialmente (Preciado, 2019, s/p). Mais do que instituições educativas, a família e a escola são responsáveis por normalizar as crianças segundo as normas de gênero e sexuais. Na escola, por exemplo, argumenta Preciado (2019), mais do que o ensino dos idiomas, é ensinada e aprendida, ainda que de modo secreto e silencioso, uma língua única, que é a da violência da norma, configurando uma trama “[...] entre pedagogia, violência e normalidade” (Preciado, 2019, s/p).

Existir como corpo inviolável e não inteligível é, na infância, um decreto de ameaças e perigos que se estendem por toda a vida. Declarado como um “[...] equívoco do humano [...]” (Butler, 2019, p. 99), esse corpo dissidente da criança, por estar fora dos marcos normativos de gênero e de sexualidade, passa por um processo de desrealização do humano. A retirada de humanidade e, portanto, a destituição do estatuto de sujeito para as crianças que se afastam dos enquadres da normalidade são o atestado da violência contra essas vidas. Por estarem na zona do irrepresentável, sob a ordem do apagamento social, essas crianças perdem o direito de terem suas vidas protegidas e reivindicadas como vidas que importam e merecem ser defendidas (Butler, 2019). Parece muito contraditório deparar-se com o fato de que a mesma sociedade que inventa a infância é a que cria mecanismos de expurgá-la e, até mesmo, condená-la à morte quando sua existência escapa dos esquemas de normalidade, centrados na masculinidade e feminilidade normativas, na heterossexualidade e na branquitude. Fica evidente que não são todas as crianças que têm o direito às prerrogativas da infância. Da mesma forma como se produz a desrealização do humano, a infância, como tempo da vida dos cuidados e da proteção, desfaz-se para que, no seu lugar, fique a imagem do corpo dissidente como ameaça e abjeção.

Preciado (2019), em seu manifesto de defesa pela criança *queer*, já dizia:

O que meu pai e minha mãe protegiam não eram meus direitos de 'criança', mas as normas sexuais e de gênero que eles mesmos aprenderam dolorosamente através de um sistema educativo e social que castigava qualquer forma de dissidência com ameaça, intimidação e até a morte. Tive pai e mãe, mas nenhum dos dois protegeu meu direito à livre autodeterminação de gênero e sexual (Preciado, 2019, p. 98-99, grifo do autor).

Decreta-se uma guerra contra a criança que escapa das normas de gênero e sexualidade (Cornejo, 2011). Os campos de batalha a serem enfrentados e os cercos a serem ultrapassados são árduos na vida das crianças que resistem ao se mostrarem em suas diferenças e, nessas existências, expressam o direito de serem e viverem quem são, o direito de sentirem e perceberem seus corpos em desalinho com as normas aprendidas e, ainda assim, não se anularem em suas performances. O preço a pagar por esse aparecimento social é alto, mas, provavelmente, não seja mais alto do que permanecer na sombra, na invisibilidade e no apagamento, às custas de uma carga pesada de sofrimento que pode se arrastar pela vida afora. Talvez essas crianças possam nos ensinar os sentidos da convivialidade em uma sociedade democrática, quando admitirmos que a defesa da vida de todas/os, sem exceção, vale mais do que a reprodução dos privilégios e das prerrogativas que sustentam uma estrutura social enraizada em desigualdades e exclusões. Nessa perspectiva, importa-nos também discutir como, de modo estrutural e do âmbito das políticas públicas, são forjados mecanismos de exclusão que afetam, sobremaneira, os direitos e as vidas de crianças e suas famílias.

Familismo nas políticas públicas no Brasil contemporâneo e seus efeitos sobre as infâncias

Nesta seção, discutiremos como as políticas governamentais, ao elegerem um determinado perfil de família a ser priorizado em detrimento da pluralidade e diversidade social, geram consequências para crianças e adolescentes. Os efeitos dessas perspectivas familistas sobre as infâncias têm perpetuado exclusões de sujeitos e grupos minoritários em termos de raça, gênero, sexualidade e classe.

Moraes, Nunes, Horst, e Miotto (2020) discutem a incorporação do termo 'familismo' nos debates sobre políticas públicas no Brasil e, em diálogo com Esping-Andersen, definem que o termo indica "[...] uma explícita parceria entre Estado e família, e o *quantum* de proteção assumido por cada um é que caracteriza maior ou menor grau de familismo". Já a 'desfamiliarização' ocorreria quando "[...] os regimes de bem-estar abrandam a responsabilidade familiar em relação à provisão de bem-estar social, seja através do Estado ou do mercado" (Moraes et al., 2020, p. 805). Os autores sinalizam que o tensionamento da categoria família tem sido importante para discutir a naturalização da família nuclear, branca e burguesa como referencial universal para a produção teórica e para a proposição de políticas públicas. Nesse sentido, afirmam que os trabalhos das feministas marxistas foram centrais nesta disputa política, apontando como o trabalho não pago das mulheres contribuiu e contribui para a manutenção das sociedades no capitalismo.

O retorno do familismo no contexto atual, em que as pautas reacionárias de costumes têm mobilizado os cenários brasileiro e internacional (ver também Prado & Corrêa, 2018), articula-se intimamente com questões relacionadas ao gênero e às sexualidades, e aos atravessamentos da infância nesses debates. Faz-se necessário compreender tais imbricações para mapear como pautas conservadoras ganharam espaço mesmo em campos mais progressistas, como nos feminismos e movimentos sociais de esquerda. Gayle Rubin lança, em 1984, um debate sobre os pressupostos e formulações ideológicas

que estavam inibindo a produção de teorias críticas no campo das sexualidades. A antropóloga analisa a articulação de posições políticas de direita com os discursos fundamentalistas religiosos, que levou aos resultados conservadores nas eleições de 1980 nos EUA. Destaca, ainda, a contribuição do movimento feminista antipornografia e anti-sadomasoquista para a promoção do pânico moral que fermentou a cena política estadunidense naquele momento. Entendendo a sexualidade como vetor de opressão, Rubin propõe esquematicamente a hierarquia do sexo, em que tanto o reconhecimento quanto a estigmatização dos indivíduos é feita a partir de seus 'comportamentos sexuais'. Nas palavras da autora, "[a] legislação sobre o sexo é o instrumento mais implacável da estratificação sexual e da perseguição erótica. O Estado intervém sistematicamente no comportamento sexual, em um grau que não seria tolerado em outras áreas da vida social" (Rubin, 2017, p. 95).

Os exemplos dessa fiscalização e escrutinização do Estado sobre as sexualidades trazidos por Rubin têm uma atualidade impressionante. Nosso presente político não nos deixa esquecer que a culpabilização de mulheres e o controle de sua sexualidade como pauta política da direita tem importantes porta-vozes mulheres, o que não é novidade na história. Raquel Osborne (2002) analisa o cenário ultraconservador que se desenhou na década de 1980, especialmente nos Estados Unidos, onde, em nome da 'proteção' da maternidade e da família, o movimento de ultradireita mirou no fortalecimento da dominação masculina no âmbito familiar. Por uma série de fatores, afirma a autora, os discursos patriarcais encontraram o apoio de inúmeras mulheres que, com isso, "[...] estão lutando por sua submissão" (Osborne, 2002, p. 218). Essa adesão das mulheres às pautas da direita é atravessada pelos discursos fundamentalistas religiosos e pela construção de adversários que devem ser temidos e combatidos. Osborne (2002) identifica que a população LGBT⁵, as trabalhadoras sexuais e a comunidade sadomasoquista ocuparam esse lugar no imaginário da era Reagan nos EUA. A salvação da família e da sociedade passava pela fiscalização das práticas sexuais que arrastariam a todas/os para o esfacelamento moral.

Pensando o cenário brasileiro contemporâneo, observamos que a moralização da política se faz presente na direita ultraconservadora, mas apresenta-se também na esquerda, como foi o caso na campanha presidencial de 2018. Em um processo eleitoral que se deu após o golpe contra a primeira presidenta do país, no qual ficaram evidentes os ataques sexistas a Dilma Rousseff (PT), vimos como a campanha de Fernando Haddad (PT) enfatizou seu casamento duradouro e "respeitoso" (isto é, monogâmico e heterossexual), fazendo referência constante à idoneidade do candidato por meio de sua estabilidade conjugal, em oposição a Jair Bolsonaro (candidato do PSL à época). Nas redes sociais circularam memes que comparavam os candidatos do PT e do PSL com base no número de casamentos que tiveram, e até na idade de suas parceiras. Em uma campanha marcada por *fake news* de direita, que disseminaram o pânico moral e os perigos da 'ideologia de gênero' na educação das crianças, vale olharmos com atenção para a aposta de boa parte da esquerda no discurso familista. Seguindo as indicações Rubin (2017), devemos nos perguntar quais grupos na hierarquia sexual essa abordagem privilegia e quais são aqueles que são mais uma vez empurrados para a margem da humanidade e da cidadania.

A eleição de Jair Bolsonaro pautou o familismo de maneira central em seu programa de governo, produzindo narrativas que subtraem de crianças e adolescentes a agência e o protagonismo em questões que lhes concernem. Como discutem Mattos e Cavalheiro

⁵ Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros.

(2020), visões salvacionistas a respeito da criança e da família, utilizadas no singular e em perspectivas normativas, “[...] foram mobilizadas em um contexto eleitoral marcado pela polarização política, por pautas ultraconservadoras e pela reiteração do medo enquanto afeto político” (Mattos & Cavalheiro, 2020, p. 4). Os autores analisam as narrativas moralizantes sobre a infância na ofensiva antigênero, presentes em falas públicas de figuras políticas do período eleitoral de 2018 e do governo Bolsonaro.

A mobilização da opinião pública promovida pela articulação do familismo nas políticas públicas com o pânico moral na pauta dos costumes tem se mostrado uma estratégia eficaz. Mais recentemente, observamos tal disputa discursiva voltar-se também para a produção de conhecimento e pesquisas científicas. No início de 2021, foi lançado um edital de financiamento de pesquisa pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em parceria com a Secretaria Nacional da Família do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (SNF/MMFDH), intitulado ‘Família e políticas públicas no Brasil’ (Brasil, 2021), que reproduz uma série de estereótipos estigmatizantes na definição de família adotada e na proposição de áreas a serem contempladas pelas pesquisas financiadas. Como apontado em documento da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia [ANPEPP], (2021), que analisa criticamente o edital, este privilegia pesquisas que desconsideram produções científicas consistentes no campo dos estudos das famílias, de gênero e sexualidades, promovendo “[...] uma desqualificação seletiva de determinadas conjugações familiares e um desincentivo a que sejam objeto de investimento e análise não apenas do programa de fomento, mas também das políticas públicas e no âmbito da promoção e proteção de direitos” (ANPEPP, p. 1).

Privilegiar perspectivas que definem e colocam a família como instituição provedora central de bem-estar, esvaziando a responsabilidade do Estado, constitui o exercício do familismo nas políticas públicas contemporâneas, como afirmam Moraes et al. (2020). O efeito desse movimento no nível microsocial, para os autores, é o reforço da divisão sexual do trabalho, responsabilizando mulheres pelos trabalhos de cuidado e doméstico. Em relação aos mais jovens, ao ser adotado como pauta de governo, o familismo privatiza os espaços de cuidado e convívio de crianças e adolescentes, desresponsabilizando progressivamente o poder público e a sociedade na garantia de direitos dessa parcela da população. Esse aspecto também pode ser identificado como uma característica do edital de financiamento de pesquisa mencionado acima, ao reforçar “[...] uma agenda de invisibilização e de negação das necessidades e direitos de crianças, adolescentes e jovens como protagonistas de suas vidas nas configurações familiares” (ANPEPP, 2021, p. 3).

As implicações éticas e políticas das parentalidades nas experiências de crianças com gêneros e sexualidades

Nas seções anteriores, trilhamos os caminhos de uma rede discursiva do modo como gênero e sexualidade são dispositivos, a partir dos quais as políticas sobre a família e as “ciências da infância”, como a pedagogia e a psicologia, servem como tecnologias (Lauretis, 1994) na defesa da manutenção de normas da heterossexualidade e da cisgeneridade. O patriarcado materializa-se nesta defesa quando reitera, em suas práticas, o discurso da binaridade de gênero e a perpetuação do modelo de reprodução heterossexual que são efetivadas por um certo modelo de relação parental e norma familiar.

O controle e a disciplina dos corpos e desejos de mulheres e crianças figuram como propriedades do patriarcado e gerenciados pelo núcleo familiar, o qual age como linha de frente contra as ameaças da sua hegemonia e para preservar a continuidade da existência

do sistema. Assim, a família reitera práticas discursivas sobre como se devem manter os papéis de gêneros e sexuais de cada um/a dos seus componentes: eficiência e garantia da capacidade reprodutiva, garantia da continuidade dos processos de naturalização do gênero e da sexualidade, matricializados na anatomia biológica dos corpos.

Os movimentos e grupos conservadores têm produzido respostas que advogam pela continuidade desses modos de existir, notadamente em intervenções sobre as experiências infantis. Eles produzem uma semiótica de abjeção, de atentado ao pudor e criminosa sobre as sexualidades e gêneros nas infâncias que se apresentam dissidentes das masculinidades e feminilidades hegemônicas, bem como das sexualidades fora na norma, especialmente quando irrompem com os modelos da criança inocente, pura e assexual (Burman, 2021).

A defesa assenta-se no fato de que as dissidências de gêneros e sexualidades são tentativas de ações contra a 'natureza'. As estratégias de defesa desqualificam e expurgam as famílias em suas configurações fora da norma (homoparentais, monoparentais) que, sob o rótulo da desestruturação, ameaçam o curso saudável e linear da socialização de gênero e do destino da (hetero)sexualidade. Isso está presente, de forma contundente, nas atuais práticas da ofensiva antigênero nas políticas públicas em educação e nas políticas de pesquisa sobre famílias no Brasil, como vimos nas seções anteriores deste artigo. Elas vão em direção à valorização de uma configuração familiar nuclear e patriarcal em que o estilo parental perpetua a cultura do patriarcado e da heterossexualidade compulsória.

Pontuados esses cenários e redes discursivas sobre saberes psi, família, gênero e infâncias, e considerando que eles estão atrelados às atuais transformações da política sexual no Brasil (Leite, 2019), é possível traçar algumas considerações sobre como as parentalidades, desde quaisquer configurações familiares, estão situadas entre manter ou romper com a reprodução dos modelos hegemônicos sobre as sexualidades e gêneros de crianças em suas trajetórias de vida.

No contexto de provar ou atestar os efeitos das 'novas' configurações familiares sobre as vidas e os corpos de crianças, estudos dedicam-se a escrutinar se configurações familiares compostas por casais do mesmo sexo ou com um pai ou mãe solo homossexuais garantiriam ou não o desenvolvimento de uma criança saudável psicologicamente, ou ainda, se as trajetórias quanto à identidade de gênero e às sexualidades teriam um caminho 'contranatureza' (Lev, 2010; Araldi & Serralta, 2016). Seus resultados são unânimes em atestar a não ameaça dessas configurações sobre a vida sexual e a identidade de gênero de crianças. O ponto em comum destes estudos é que eles reiteram a representação da família, especificamente no exercício parental, como lugar originário da subjetivação da criança, argumentos tecidos e forjados em teorias psicológicas e psicanalíticas (Amazonas & Braga, 2006).

Segundo Lucia Rabello de Castro (2013), é necessária uma leitura crítica dos fundamentos ético-políticos dessas teorias da subjetividade infantil a partir do lugar da infância, interrogando qual o *status* das instituições do mundo adulto para a criança, e a quem serve a exclusão das crianças nessas instituições. Acrescenta-se a isso a indagação sobre como as infâncias servem para a perpetuação de normas de determinados sistemas, quando capturadas para a realização de um projeto de adulto. Os modos como as relações entre crianças e adultos se configuram nesse projeto podem ser analisados, segundo Castro (2013), em duas perspectivas das quais derivam narrativas distintas sobre as idades e relações de poder. De um lado, tem-se a distinção entre crianças e adultos operada pelas teorias psicológicas desenvolvimentistas que fortalecem a assimetria e situam a criança em categorias de inaptidão e inacabamento. Do outro lado, está a sociologia da infância, que

aposta na simetria dessa relação borrando as distinções ao situar a criança como agente e protagonista da sua infância e também da construção da sociedade.

Sobre esta última, Castro (2013) destaca o problema do paradigma da competência. A criança é situada nesse paradigma desde uma perspectiva individualizante e racional, como agente de si mesma (protagonista) e que pode decidir e escolher seu destino. Segundo a autora, predomina nos estudos em sociologia da infância essa perspectiva que acaba por não questionar, muitas vezes, o próprio conceito de competência implicado no protagonismo, isto é, questiona-se de que modo essa abordagem reitera valores e perspectivas adultocêntricas, quando a criança é aproximada como igualmente competente ao adulto. É preciso destacar como a ideia de competência, advinda da condição da criança como protagonista, está relacionada à sua participação na sociedade e na cultura em torno de projetos ou debates de ideias, temas comuns nesse conjunto de estudos.

Um alerta aqui deve ser dado também quando esse protagonismo é evocado no contexto da biopolítica relativo ao gênero na subjetividade infantil. Pode-se criar a ilusão de que os processos disciplinares e de controle dos corpos, sentimentos e desejos de crianças sejam administrados por elas em um contexto das relações de poder em que os adultos reforçam as assimetrias em defesa de um regime de verdade sobre a sexualidade e o gênero⁶. A infância é definida não por aquilo que ela é, mas por aquilo que ela não é (branca, heterossexual, cisgênera), como nos aponta Castañeda (2002) ao retomar a crítica do sujeito nas perspectivas feministas pós-coloniais e as teorias críticas raciais. Ela argumenta que, no processo de representar a criança como ator social (não apenas em teorias psi ou sociais, mas também em outras formas de representações, como artísticas e midiáticas), ela é “[...] simultaneamente apagada ou ocupada pelo adulto [...]” (Castañeda, 2002, p. 143) como o autor dessa representação, seja como recurso teórico ou como espaço ou forma do projeto adulto (cisgênero e heterossexual) de se reiterar e realizar.

As notas reunidas neste trabalho propõem-se a contribuir para uma revisão crítica dos fundamentos ético-políticos do exercício das parentalidades no tocante aos processos educativos e sociais que envolvem sexualidades e gêneros na infância. Isso implica em considerar, de um lado, as relações de poder entre adultos e crianças no campo social e, de outro lado, a perspectiva adultocêntrica e masculina, heteronormativa, branca, de classe e ocidental no campo da produção de conhecimentos sobre a infância (Castañeda, 2002; Marchi, 2011; Burman, 2021). A partir disso, considerar as crianças como sujeitos com participação efetiva em processos decisórios sobre suas trajetórias nas expressões de gêneros e sexualidades significa escapar do conceito de competência que a individualiza, racionaliza e a desloca das relações de poder envolvidas, e também desviar-se da noção de incompletude que a incapacita de participação.

Por exemplo, as normativas legais sobre o uso do nome social para pessoas travestis e transexuais tensionam as posições parentais com a autodeterminação de gênero de crianças e adolescentes. A Resolução nº 1, de 19 de janeiro de 2018⁷ (Brasil, 2018), do Ministério da Educação brasileiro, garante e define uso do nome social de travestis e

⁶ Marchi (2011) aponta para o fato de que os estudos sociológicos da infância não tratam da autonomia absoluta da criança-ator diante das condições estruturais e das relações de poder e dominação na sociedade. Detalha que a criança-ator está presente nos níveis de investigação das relações entre crianças e adultos em situações sociais concretas. O mérito da perspectiva da sociologia da infância é trazer e propor a infância como categoria de análise social, bem como afirmar sua pluralidade a partir da introdução dela mesma no processo de sua socialização e com ação transformadora sobre a realidade social e cultural.

⁷ Anterior a esta resolução, a Resolução no. 12, de 16 de janeiro de 2015 (Brasil, 2015), do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção de Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais CNCB/LGBT abria a possibilidade para o uso do nome social em qualquer idade no contexto da educação e do trabalho.

transexuais nos registros escolares. Entretanto, nessa normativa é garantido o uso do nome social livremente àqueles que têm maioridade legal (maiores de 18 anos). Para os menores de 18 anos, seu uso também é legalizado, desde que tenha a autorização de seus/suas responsáveis ou representantes legais. No campo de disputas sobre o gênero, o crivo e o domínio da autoridade parental definem a identidade de gênero com a qual a criança se identifica.

Algumas pistas podem ser seguidas a partir dos estudos feministas críticos e transfeministas (Haraway, 1995; Castañeda, 2002; Preciado, 2019; Guerrero Mc Manus & Muñoz, 2018). Uma ética possível orienta-se a partir do reconhecimento de posições de poder dos atores. Trata-se dos deslocamentos dessas posições ao promoverem simetrias e assimetrias, em fluxos que, em determinados momentos, emergem em certos pontos do mapa da rede e tomam direcionamentos. Nos atravessamentos de gêneros e das sexualidades nas experiências da infância, a predominância é das assimetrias nesse mapa, dominada pela perspectiva adultocêntrica como fio condutor das experiências que protegem os regimes da heterossexualidade e da cisgeneridade (Preciado, 2019).

A necessidade de regulação e autorização, por mecanismos jurídicos que estabelecem como alguém quer ser nomeado, é uma estratégia do biopoder que reforça a distinção radical e de submissão da criança pelo adulto na leitura desenvolvimentista. O perigo anunciado pelos discursos jurídicos, médicos e psi implementam e reforçam a tutela de crianças e colocam as experiências infantis de gêneros e sexualidades como inautênticas, desqualificadas, que precisam de acompanhamento para serem validadas. Independente da construção de uma narrativa explicativa composta de diversos fatores (genético, cultural, social etc.) ou de uma perspectiva naturalística e desenvolvimentista de contínua expressão do gênero, o lugar de chegada é sempre o da fixação e imutabilidade, de uma estabilização que interdita a criança de transitar ou não definir propriamente um gênero masculino ou feminino (Guerrero Mc Manus & Muñoz, 2018).

Guerrero Mc Manus e Muñoz (2018) propõem uma leitura epistemológica transfeminista diante da dominância de uma perspectiva cishetero-fenomenológica do campo das identidades de gênero na infância, especialmente nas experiências de gênero de crianças trans diante dos discursos médicos e psi sobre o processo transexualizador. Põem em xeque a autoridade dessa perspectiva sobre as experiências das crianças, especialmente quando se trata das infâncias e, por outro lado, tecem possibilidades de alianças que incorporam o lugar do testemunho trans como alternativa e reivindicação da perspectiva de quem vive a experiência na produção do saber sobre si. Junto com as perspectivas parciais e de composição feministas e *queer*, que incitam deslocamentos de posição dos sujeitos, o testemunho teria um papel que agrega uma perspectiva ética e política encarnada nos saberes, desejos e corpos infantis em suas experiências.

Entretanto, é necessário trazer a perspectiva etária-parental para o debate. Apesar da agência das crianças nos modos de expressão de suas sexualidades e seus gêneros a partir das experiências sociais e culturais de que participam, esta não se sustenta sem a crítica ético-política do exercício parental a respeito da sua própria perspectiva adultocentrada e da sua aderência ao sistema dominante de socialização do gênero e da natureza da sexualidade. Argumenta-se aqui a importância de uma perspectiva ética e política encarnada que parta de posicionamentos, de saberes situados/localizados, em que o adulto não apenas age/pensa/vê desde uma identidade, mas abre-se, também, para a parcialidade do lugar que ocupa (Haraway, 1995), de modo a possibilitar conexões e redes com as experiências infantis. Qual é a participação das crianças nas políticas de gênero e sexuais, sem que sejam vistas e

tratadas como objetos dessas políticas para atender a um projeto cisheteronormativo? O exercício das parentalidades nesse campo precisa dar espaço à recusa das assimetrias radicais, desencarnadas, que produzem efeitos de exclusão, anulação e inviabilidade das experiências infantis em relação aos seus corpos e desejos.

Referências

- Alexandre, B. P., & Salgado, R. G. (2019). Memórias de infância na escola pelo avesso do tracejado das normativas de gênero, sexualidade e desenvolvimento. *Série-Estudos*, 24(52), 31-47. DOI: <https://doi.org/10.20435/serie-estudos.v20i52.1344>
- Amazonas, M. C. L. A., & Braga, M. G. R. (2006). Reflexões acerca das novas formas de parentalidade e suas possíveis vicissitudes culturais e subjetivas. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 9(2), 177-191. DOI: <https://dx.doi.org/10.1590/S1516-14982006000200002>
- Araldi, M. O., & Serralta, F. B. (2016). Parentalidade em casais homossexuais: uma revisão sistemática. *Psicologia em Pesquisa*, 10(2), 31-39. DOI: <https://dx.doi.org/10.24879/201600100020057>
- Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia [ANPEPP]. (2021). *Manifesto ao Edital 2/2021 – ‘Famílias e políticas públicas no Brasil’*. Recuperado de https://www.anpepp.org.br/informativo/view?TIPO=1&ID_INFORMATIVO=761
- Benjamin, W. (1985). *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo, SP: Brasiliense.
- Brasil. Conselho Nacional de Combate a Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. (2015). *Resolução n 12, de 16 de janeiro de 2015. Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais - e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais - nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização*. Recuperado de <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/87749317/dou-secao-1-12-03-2015-pg-3>
- Brasil. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. (2018). *Resolução CNE/CP nº 1, de 19 de janeiro de 2018. Define o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares*. Recuperado de https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECPN12018.pdf?query=travestis
- Brasil. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (2021). *Família e políticas públicas no Brasil*. Recuperado de <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/programas-estrategicos/formacao-de-recursos-humanos-em-areas-estrategicas/familia-e-politicas-publicas-no-brasil>
- Burman, E. (2021). *Developments: child, image, nation*. London, UK: Routledge.
- Butler, J. (2015). *Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del ‘sexo’*. Buenos Aires, AR: Paidós.

- Butler, J. (2016). *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2019). *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora.
- Carvalho, C. S., Silva, E. R., Jobim e Souza, S., & Salgado, R. G. (2012). Direitos sexuais de crianças e adolescentes: avanços e entraves. *Psicologia Clínica*, 24(1), 69-88. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-56652012000100006>
- Castañeda, C. (2002). *Figurations: child, bodies, worlds*. Durham, UK: Duke University Press.
- Castro, L. R. (2013). *O futuro da infância e outros escritos*. Rio de Janeiro, RJ: 7 Letras/FAPERJ.
- Cornejo, G. (2011). La guerra declarada contra el niño afeminado: una autoetnografía 'queer', *Íconos. Revista de Ciencias Sociales*, 1(39), 79-95. DOI: <https://doi.org/10.17141/iconos.39.2011.747>
- Foucault, M. (2006). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro, RJ: Edições Graal.
- Guerrero Mc Manus, S., & Muñoz, L. (2018). Epistemologías transfeministas e identidad de género en la infancia: del esencialismo al sujeto del saber. *Revista Interdisciplinaria de Estudios de Género de El Colegio de México*, 4(1), 1-31. DOI: <http://dx.doi.org/10.24201/eg.v4i0.168>
- Haraway, D. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, 1(5), 7-41.
- Haraway, D. (2016). Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista. In: T. Tadeu (Org.), *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano* (p. 33-118). Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora.
- Hooks, B. (2020) *Teoria feminista - das margens ao centro*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Perspectiva.
- Lauretis, T. (1994). Tecnologias de gênero. In H. B. Hollanda (Org.), *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*.(p. 206-242). Rio de Janeiro, RJ: Rocco.
- Leite, V. (2019). Em defesa das crianças e da família: refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos 'conservadores' em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, 32(1), 119-142.
- Lev, A. I. (2010). How queer! – The development of gender identity and sexual orientation in LGBTQ-headed families. *Family Process*, 49(3), 268-90.
- Lopez Penedo, S. (2008) *El laberinto queer- la identidad en tiempos del neoliberalismo*. Barcelona, ES: Egales.

- Marchi, R. C. (2011). Gênero, infância e relações de poder: interrogações epistemológicas. *Cadernos Pagu*, (37), 387-406. DOI: <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332011000200016>
- Mattos, A. R., & Cavalheiro, R. (2020). Da proteção à instrução: mobilizações prático-discursivas em torno da infância nos debates sobre gênero e sexualidade na educação. *Childhood & Philosophy*, 16(1), 1-20.
- Moraes, P. M., Nunes, R., Horst, C. H. M., & Mioto, R. C. T. (2020). Familismo e política social: aproximações com as bases da formação sócio-histórica brasileira. *Revista de Políticas Públicas*, 24(2), 802-818. DOI: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865.v24n2p802-818>
- Osborne, R. (2002). *La construccion sexual de la realidad: un debate en la sociologia contemporanea de la mujer*. Madrid, ES: Ediciones Cátedra.
- Prado, M. A. M., & Correa, S. (2018). Retratos transnacionais e nacionais das cruzadas antigênero. *Revista de Psicologia Política*, 18(43), 444-448.
- Preciado, P. B. (2019). *Um apartamento em Urano: crônicas da travessia*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Rubin, G. (2017). Pensando o sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade. In G. Rubin, *Políticas do sexo* (p.62-128). [s.l]: Ubu Editora.
- Salgado, R. G., & Souza, L. L. (2018). Gender, sexuality and childhood: children scenes against innocence. *Childhood and Philosophy*, 14(29), 241-258. DOI: <http://dx.doi.org/10.12957/childphilo.2018.30540>
- Schérer, R. (2009). *Infantis. Charles Fourier e a infância para além das crianças*. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora.

Recebido em 27/04/2021.
Aceito em 17/06/2021.